



ISSN: 2230-9926

Available online at <http://www.journalijdr.com>

# IJDR

International Journal of Development Research

Vol. 12, Issue, 03, pp. 54906-54912, March, 2022

<https://doi.org/10.37118/ijdr.24196.03.2022>



RESEARCH ARTICLE

OPEN ACCESS

## HISTÓRIA DO ENSINO DA MÚSICA EM GUIMARÃES: BREVE ABORDAGEM

João Guimarães Ribeiro and \*António José Pacheco Ribeiro

Instituto de Educação, Universidade do Minho - CIEC - Braga, Portugal

### ARTICLE INFO

#### Article History:

Received 20<sup>th</sup> January, 2022

Received in revised form

27<sup>th</sup> January, 2022

Accepted 09<sup>th</sup> February, 2022

Published online 30<sup>th</sup> March, 2022

#### Key Words:

Ensino da Música, Guimarães,  
Igreja, Bandas de Música.

#### \*Corresponding author:

António José Pacheco Ribeiro

### ABSTRACT

Este artigo de cariz histórico e de carácter reflexivo faz uma breve abordagem ao ensino da música praticado em Guimarães desde a fundação do reino até aos nossos dias. Menciona o papel da Igreja neste processo, as figuras importantes ligadas ao ensino da música e os locais onde se processava o ensino, nomeadamente os mosteiros eclesiásticos. Refere, igualmente, as bandas de música que desempenharam uma função importante na manutenção viva da arte dos sons, reconhecendo o seu papel de escola formadora de músicos, especialmente instrumentistas de sopro, tanto amadores como profissionais. Tem como objetivo principal conhecer a realidade musical de Guimarães, no que concerne ao ensino da música. A metodologia adotada para a elaboração deste estudo centrou-se na pesquisa bibliográfica de carácter narrativo e na análise de conteúdo de diversos documentos considerados pertinentes para a revisão da literatura.

Copyright © 2022, João Guimarães Ribeiro and António José Pacheco Ribeiro. This is an open access article distributed under the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.

Citation: João Guimarães Ribeiro and António José Pacheco Ribeiro. "História do ensino da música em Guimarães: breve abordagem", *International Journal of Development Research*, 12, (03), 54906-54912.

## INTRODUCTION

Este trabalho constitui um capítulo da revisão da literatura do Programa de Doutoramento em Estudos da Criança, área de Educação Artística (Educação Musical), do Instituto de Educação da Universidade do Minho. Pretende situar o atual estado da arte, fazendo um levantamento histórico do ensino da música no concelho de Guimarães e analisar a diversidade do ensino musical praticado ao longo do tempo, por forma a enquadrar a investigação, em curso, intitulada: *O ensino oficial e não oficial de música em Guimarães. Estudo de caso múltiplo*. O artigo apresenta-se estruturado com os seguintes tópicos: O Berço da Nação Portuguesa; A Música nos Primórdios; A Música na Colegiada; O Conservatório Regional de Guimarães e o Conservatório de Guimarães.; A música em contextos não formais e informais; Conclusão.

## METODOLOGIA

Metodologicamente, a conceção deste artigo, partiu da pesquisa bibliográfica de carácter narrativo e qualitativo, porque se ajustou às designações deste trabalho, pois permitiu mapear o conhecimento sobre o tema em estudo. Este método não apresenta um critério explícito e sistemático determinado para a busca e análise da informação (Vosgerau & Romanowski, 2014).

A revisão de literatura permite fazer uma fundamentação teórica alargada utilizando diversos documentos relevantes que são escritos sobre o tema, incluindo livros, artigos científicos, artigos de jornais, registos históricos, teses e outros documentos (Severino, 2014). A revisão da literatura para o presente estudo socorreu-se da análise bibliográfica de livros, artigos e registos históricos, pois foram estes documentos os considerados pertinentes para a obtenção de informação sobre o ensino da música em Guimarães.

**O Berço da Nação Portuguesa: A Música nos Primórdios:** O ensino da música em Portugal esteve desde a fundação do reino até meados do século XVIII, ao encargo da Igreja. Assistiu-se a um ensino por parte dos clérigos como Mestres, nas universidades medievais, mas de uma forma pouco desenvolvida, mesmo estando na supervisão da Igreja, mantendo-se insuficiente no decorrer dos tempos. O cenário a que assistimos comprova que o programa de ensino de música era praticamente inexistente, não retirando a competência dos que foram chamados para ensinar. O professor titular, era chamado de lente (do termo latino legente, "que lê"), e das poucas alturas em que houve um lente com categoria na cátedra de música da Universidade de Coimbra, foi aquando da nomeação, em 1544, de Mateus de Aranda. Os poucos anos de vida deste lente, foram uma infelicidade, no entanto, mesmo assim, foram vividos de uma forma tumultuosa devido a todas as intrigas ao seu redor, e das relações nada cordiais entre os seus colegas portugueses e estrangeiros (Gomes, 2000).

Na idade média, o quadrívio era o nome dado ao conjunto de quatro matérias (aritmética, geometria, astronomia e música) ensinadas nas universidades na fase inicial do percurso educativo, cujo ápice se transformou nas disciplinas teológicas (Moura & Ribeiro, 2022). A educação era iniciada com o trívio (gramática, lógica e retórica), as primeiras três das sete artes liberais, seguindo-se as restantes quatro, que formavam o quadrívio. Este ensino era de carácter fundamentalmente teórico e baseado em tratados tão antigos como o *De institutione musica* de Boécio e o *Micrologus* de Guido D'Arezzo. Apesar de se saber muito pouco sobre o ensino da música prática durante a idade média, esta parece ter sido fundamentalmente ensinada mais sobre uma perspectiva estritamente analítica do que sobre uma perspectiva efetivamente prática, sendo que até ao surgimento das primeiras universidades, o ensino da música era fundamentalmente ministrado em grandes mosteiros. Durante o século XII, existiu, porém, uma ação pedagógica reduzida devido ao movimento de retorno ao ideal ascético das ordens de Cluny e de Cister, que reduziram o ensino musical ministrado ao estritamente essencial para o culto religioso (Freitas Branco, 1995). A cidade de Guimarães está historicamente associada à fundação da nacionalidade e identidade portuguesas. Guimarães antecede e prepara a fundação de Portugal, sendo conhecida como *O Berço da Nação Portuguesa*. O local onde hoje está implantada a cidade de Guimarães era uma propriedade rural: a *Quintana de Vimaranes*, mas, a morte de um homem – o conde Hermenegildo –, e a fé cristã de sua viúva – a condessa Mumadona, fizeram com que, na segunda metade do século X, esta rica condessa de origem galega, aí resolvesse fundar um mosteiro – o Mosteiro de Santa Maria – e um castelo. O castelo foi construído com o fim de proteger o mosteiro das frequentes razias levadas a cabo por normandos, vindos do norte da Europa, e por muçulmanos, vindos das terras quentes do Sul. Passaram os anos, o burgo cresceu e, no final do século XI, para aqui vêm residir D. Teresa, filha do rei D. Afonso VI de Leão, e seu marido, o Conde D. Henrique, nobre de origem francesa. Aqui, de acordo com a tradição, nasceu o filho varão de ambos – Afonso Henriques –, o qual, alguns anos depois, na primeira metade do século XII, se torna o primeiro rei de Portugal. Sob a sua proteção, e dos seus sucessores, a colegiada prosperou. Podemos constatar que os primeiros soberanos beneficiaram largamente esta instituição. Os que se lhes seguiram, se não aumentaram essas prerrogativas, confirmaram-nas. Assim, o mosteiro de Guimarães foi adquirindo diversos domínios territoriais e estabelecendo uma vasta malha eclesiástica sobre a qual exerceria a sua influência. É neste ponto que se percebe a importância do mosteiro para a reorganização territorial. Tal como acontece com o mosteiro, o momento da fundação da colegiada (ou a transformação do primeiro na segunda) não pode ser precisado. Sabe-se, através da documentação disponível, que este acontecimento terá de ter acontecido entre 1107 e 1110 (Costa, 1984). A ligação entre a colegiada e a coroa ainda se prendia com o facto de, desde D. Afonso I, os soberanos portugueses serem os padroeiros da dita instituição e ao mesmo tempo devotos de Santa Maria da Insigne e Real Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira (Marques, 2011). Durante os diferentes reinados, esta instituição foi dotada de privilégios, isenções e património, tornando-se, paulatinamente, num potentado eclesiástico e civil, como senhor espiritual e temporal de vastos domínios. É conhecido que existiram na Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira, cónegos muito dedicados à promoção da arte dos sons (Braga, 1993). É no interior da sua colegiada, surgida entre 1107 e 1110, segundo Marques (1988), que se desenvolve a música religiosa com a pompa, se não superior, pelo menos igual à que se praticou na Sé da Arquidiocese de Braga. Marques (1988, p.479) no seu capítulo sobre as Colegiadas, afirma o seguinte:

[e]stas colegiadas, instituídas no decurso dos séculos XII a XV, eram muito diversas entre si pelo número de elementos que as integravam, património e rendas disponíveis e influência exercida no meio circundante. Na estrutura e funções reproduziam, à escala das suas proporções, o esquema vigente no Cabido catedralício.

Adiante no tempo, no século XII, surge outro grande mosteiro na cidade, o mosteiro de Santa Marinha da Costa. Consultando o *Boletim*

de *Trabalhos Históricos* (2004), a fundadora desta Igreja teria sido a Rainha D. Mafalda, mulher do Rei D. Afonso Henriques, filha da Madame Guiguone dos Condes de Albon de França e de Amadeu Conde de Moriana, descendentes dos Imperadores da Alemanha e Duques da Saxónia. D. Mafalda teria mandado construir esta igreja em honra da Virgem e Mártir Santa Catarina, cuja cabeça havia sido trasladada do Mosteiro de Águas Santas, por autorização do Bispo de Orense D. Pedro II. Por volta de 1156 a rainha D. Mafalda doou este mosteiro aos cónegos regrantes de Stº. Agostinho. Estes cónegos governaram e possuíram este mosteiro mais ou menos trezentos e cinquenta anos, até ao ano de 1528. Em meados do século XV a coroa manifestava a intenção de entregar à ordem de S. Jerónimo a tutela do Convento da Costa, contudo, só em 1525 é que o Duque de Bragança, D. Jaime, resolveu pedir ao Papa Clemente VII, por conselho do rei, que ordenasse a extinção do Convento dos Cónegos Regulares de Stº. Agostinho, e que, em seu lugar, aí instituisse a ordem de S. Jerónimo. A bula Pontífice foi expedida a 2 de março de 1527, seguindo-se-lhe em novembro do mesmo ano a sentença executória emitida pelo Prior da Colegiada, D. Sebastião Lopes. O ato de entrega do mosteiro aos padres Jerónimos deu-se em 27 de janeiro de 1528, numa cerimónia em que esteve presente o provincial da ordem, Frei António de Lisboa. No mesmo documento, *Boletim de Trabalhos Históricos* (2004), consultamos que a 31 de maio de 1834, após o decreto que extinguiu as ordens religiosas em Portugal, os monges receberam a intimação para abandonarem o edifício. A 9 de junho do mesmo ano dá-se a extinção do convento e este passou para a posse da *Fazenda Nacional*, tendo sido adquirido em hasta pública pelo fundador da Fábrica de Porcelana da Vista Alegre, José Ferreira Pinto Basto. No final da década de 1880 acolheu o Colégio de S. Dâmaso, que reintroduziu os estudos secundários em Guimarães, não sendo, porém, esta a última escola a funcionar no velho convento.

## A MÚSICA NA COLEGIADA

O Colégio de S. Dâmaso, que acabaria vencido pelos efeitos da reforma da instrução secundária pública, teve um enorme sucesso, que se refletia na aprovação, sem mácula, dos seus alunos nos exames que realizavam no Liceu de Braga. Sem menosprezar o convento franciscano, dos inícios do século XIII e o convento de S. Domingos, dos finais desse século, Santa Marinha da Costa e a Colegiada da Oliveira foram muito importantes na evolução e no crescimento da vida musical religiosa na cidade. A Colegiada de Guimarães, que teve o seu nascimento praticamente ao mesmo tempo que o do nosso país, resistiu durante muitos séculos de monarquia e somente aquando ao aparecimento da república aconteceu a sua extinção. Torna-se incontornável a importância da música na vida episcopal, monacal, conventual ou colegial, pois esta tem uma ligação profunda à sua prática diária nos ritos cristãos e ao seu ensino que funcionava dentro das suas portas. Citando o cónego José Augusto Alegria (1985, p. 8): “[o]s bispos não só tinham o direito, mas ainda o dever, antes de mais nada, de recrutar e preparar convenientemente os elementos humanos válidos para a realização da Liturgia, toda moldada na leitura e no canto obrigatórios.” Segundo Oliveira (1980), os priores que tinham na Igreja uma jurisdição quase episcopal, tinham a função de governar, auxiliados por um conjunto de Dignidades, clérigos (cónegos), cónegos meio-prebendados e coreiros que, por sua vez, asseguravam a prática da liturgia na instituição, ou Cabido, com funções especializadas, e a eles obedecia toda a comunidade religiosa. Esta jurisdição foi legitimamente obtida por *Breve Apostólico* confirmado por Honório III. A entidade que respondia ao Prior era a do *Chantre*, que tinha a responsabilidade sobre tudo o que acontecia referente à música no interior da vida colegial, nomeadamente era quem governava e regia o coro, ordenava as alas nas procissões e dispunha o serviço das festas solenes. Uma das atribuições pelo cargo que ocupava era o ensino da música, uma obrigação diária no ritual da missa e do ofício das horas canónicas. Acontecia frequentemente que os priores, que eram nomeados a maior parte das vezes a partir da classe da nobreza, passavam muito tempo longe das suas comunidades, o que originava com que o *Chantre* fosse o responsável maior, acabando por delegar as suas funções num *sub-chantre*. O *sub-chantre* deveria reunir à qualidade de clérigo de bons costumes, as de bom cantor e ser assíduo no coro, competindo-lhe a tarefa de

providenciar para a igreja quatro moços do coro que soubessem ler e escrever, mas que tivessem boas vozes, aos quais o mestre-escola ensinaria gramática e cantochão<sup>1</sup>. Recorrendo de novo a Alegria (1985, p. 14):

O chantrado era uma função perfeitamente vinculada a uma tarefa musical considerada indispensável em qualquer catedral. Para o entender melhor, bastará lembrar que o canto, nesses tempos, não era apenas reservado a algumas circunstâncias festivas do calendário religioso. Todos os dias a Missa de Prima era cantada, o mesmo acontecendo com as Horas do Ofício.

No que se refere à Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira, o que se aplica à Sé da Arquidiocese também se aplica à sua prática litúrgica diária, porque esta instituição gozou, durante séculos, de autonomia face ao arcebispado de Braga, o que gerou prolongadas contendas entre as duas entidades. A primeira concordata entre a Sé de Braga e o Cabido de Guimarães data de 23 de outubro de 1216 e foi confirmada por Bula do Papa Honório III, dada em Latrão, no início do ano seguinte e reconfirmada pelo papa que se lhe seguiu, Gregório IX. Até aí, a Colegiada de Guimarães não pertencia a nenhuma diocese, tendo ficado com algumas sujeições ao Arcebispo de Braga, a cujo acatamento os de Guimarães foram sempre arredios. Alberto Vieira Braga (1957, p.96) resume assim o poder do priorado da Colegiada:

Não tinham que reconhecer o primado dos Arcebispos de Braga, pois estes possuíam somente o poder de metropolitanos, ficando os D. Priores com a soberania irrefragável de exercício episcopal na igreja da Colegiada de Guimarães, e direto predomínio sobre os beneficiados e clérigos, folgados direitos de honra, de alta cotação pessoal e de pronunciada excelência protocolar.

Nestas instituições, a música imperava nos primeiros séculos através do canto e, posteriormente, a partir mais ou menos de finais do século XV, acrescentando-se os instrumentos utilizados na época, fossem de sopro, de corda ou simplesmente o órgão. O objetivo que estas comunidades colegiais tinham intenção de alcançar era a magnificência do serviço litúrgico da catedral (ou colegiada): canto da missa, do ofício e procissões. As escolas de música funcionaram, assim, dentro destas instituições religiosas, centradas nas grandes catedrais das sés episcopais ou, como em Guimarães, noutros centros religiosos de referência, como o foram as Colegiadas. Braga é o exemplo da escola mais antiga no território nacional: em maio de 1072, um ano após o bispo D. Pedro ter estruturado o Cabido, já aparecem mencionados 4 alunos “integrados na comunidade capitular” (Marques, 1988, p. 323).

A dignidade de mestre-escola só se tornou obrigatória a partir do 3º Concílio de Latrão, em 1179, extensível, esta obrigatoriedade, às colegiadas, decretada no concílio seguinte, do mesmo nome, em 1215 (Marques, 1988). Em Guimarães, a notícia da sua criação chega só em 1439, sendo prior D. Rodrigo da Cunha, que acabaria deposto por causas desconhecidas (Braga, 1957). Em 1439, João Gonçalves de Resende tornou-se no primeiro Mestre de Gramática e Canto, legalmente nomeado, e que tomou posse, na Real Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira, pela imposição legal, onde surge a obrigatoriedade, por determinação do papa Eugénio IV e o qual formou o primeiro Coro da Oliveira. As suas funções estão descritas no *Livro dos Padroados*, capítulo 29, transcrita por Alberto Vieira Braga (1957, p.127):

Mestre-Escola he obrigado a ensinar à sua custa os môços do choro, que forem necessários para serviço d'elle, e das missas e officios divinos, grammatica e canto-chão, os quaes o Chantre buscará e apresentará ao Mestre-Escola p' os haver de ensinar: E sendo cazo que o Mestre-Escola falte com esta obrigação, o Cabido os mandará ensinar à custa das rendas do Mestre-Escola,

o qual tem nesta Igreja duas prebendas, com cujas obrigações cumprirá conforme as pautas.

Os primeiros rudimentos de Cantochão, Gramática e Retórica tinham, porém, começado bem antes, no ano de 1220, no Mosteiro de Santa Marinha da Costa. Mas, por outro lado, mesmo sem muitos elementos e, segundo Alberto Vieira Braga (1943, p. 25) apoiado na *Crónica dos Cônegos Regrantes de Santo Agostinho*, “O Cardeal D. Paio Galvão, Cônego Regrante do Mosteiro da Costa, foi mestre-escola da Colegiada de Guimarães, pelos anos de Cristo de 1190”. Foi D. Bernardo de Ataíde, Prior da devota e Real Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira, quem ordenou ou mandou compor um dos mais respeitadas Estatutos de Coreiros, pois os coreiros tendencialmente não apareciam aos seus compromissos, não possuíam uma compostura e disciplina digna das suas posições, que não respeitavam os antigos regulamentos e disposições que orientavam o regimento do coro, o que originava várias admoestações canónicas, várias queixas, avisos e observações registadas pelas visitas nos livros das visitas da Colegiada. Também instituiu e organizou, com o Cabido, a primeira Capela de Música de canto onde seis coreiros rezavam e cantavam no coro em todas as missas e horas canónicas. Este prior também firmou com o procurador geral do Cabido, Reverendo Cônego Domingos Barroso, um contrato sobre o pagamento da música para todo o ano e, por serem despesas diversas, concordaram e assentaram que o valor a pagar, para a música e cantores, seria de 40 mil réis por parte do D. Prior, o Cabido por sua vez pagaria o valor 40 mil réis e a Fábrica 14 mil réis, pois seria este o valor calculado e necessitado todos os anos.

No século XV, principiou a funcionar, também, na Colegiada, o Colégio dos clérigos coreiros de Santa Maria (Bettencourt, 1954). O Mestre-escola era obrigado a ensinar à sua custa os moços do coro que fossem necessários para serviço das missas e officios divinos, gramática e cantochão, os quais o Chantre buscará e apresentará ao Mestre-Escola para os ensinar. Desta particularidade, a partir do século XVI, nunca se esqueciam os Senhores Arcebispos que vinham em ato de visitação a Santa Maria de Guimarães. Faziam ressaltar, de entre as necessidades mais anunciadas e de mais urgente aviamento, o a aprendizagem do canto e da gramática, que se impunha de obrigação para o bom funcionamento disciplinar, coral e cultural de um agregado que se destacava pelas altas dignidades que o representavam, e que era superiormente governado por uma série de regimentos, diplomas e privilégios. Numas das visitas em 1538 ordenava-se ao mestre-escola, para ensinar a ler e cantar os moços do coro todos os dias da semana duas horas, uma pela manhã e outra à tarde dentro da sua clausura, sob pena de dez cruzados ouro<sup>2</sup>. O corpo de música, porém, na responsabilidade dos atos solenes e nos eloquentes preâmbulos das antífonas, hinos, orações e especiosas<sup>3</sup>, obedecia a certas pragmáticas e era formado, na gama dos tons, por clérigos já experimentados, examinados de canto e ordenados de ordens sacras. Em 1486 havia na Igreja da Oliveira 12 clérigos coreiros, sendo de realçar que todos os clérigos desta Colegiada estavam ao serviço de algumas freguesias e serviam o P.º Anes seu Prioste, nesta data. Segundo Soares (1983), o aspeto musical da Colegiada e de outras igrejas da arquidiocese era uma das preocupações constantes nas *Visitações* que os arcebispos faziam nas suas áreas de governo. Frei Baltasar Limpo, que presidiu na arquidiocese durante 8 anos, entre 1550 e 1558, visitou cinco vezes a Colegiada. Em 1571 há notícia da existência de 12 clérigos coreiros, a que se juntaram mais seis, para que fosse possível exercer na Igreja tudo o que se relacionasse com o culto divino. O primeiro partido de Chameleiros, surge em Guimarães por altura de novembro de 1598, já com traje próprio, embora a fardeta fosse modesta. No concelho de Guimarães, a música estendeu-se para além da Colegiada e percorreu os mesmos caminhos de outros centros culturais, adaptando-se aos costumes que a semântica dos tempos foi instituindo. As *Capelas Musicais* ultrapassaram as paredes das igrejas e passaram a animar as festividades religiosas e profanas, não deixando de lado as simpatias políticas pelos partidos do poder.

<sup>1</sup> O honroso cargo de Mestre-escola foi criado em 1439, tendo sido João Gonçalves de Resende o primeiro mestre de gramática e canto legalmente nomeado e empossado.

<sup>2</sup> Visitação de 1538.

<sup>3</sup> Especiosas são o que em diversos Cabidos chamam de antífonas de Nossa Senhora com versos e oração do tempo, tudo cantado.

Os grupos, já providos de instrumental adequado e constituídos em função de necessidades, começaram a obter contratos das entidades civis para animação das suas festas anuais, como nos informa, Braga (1957, p.142) uma formação organizada de chameleiros: “em novembro de 1598 desponta, também em Guimarães, o primeiro partido organizado de chameleiros”. O esplendor musical que se praticou nesta Insigne e Real Colegiada da Oliveira e nas festas da cidade está patente nos espólios vimaranenses, depositados no Arquivo Municipal de Guimarães, na Sociedade Martins Sarmiento, no Museu Alberto Sampaio, no Arquivo da Colegiada e na Biblioteca do Seminário Conciliar de Braga. As capelas de música, pelo menos aquelas capelas devidamente ordenadas e dirigidas, com todos os requisitos de organização e funcionamento, deviam ter começado no coro resplandecente da Colegiada de Guimarães, em 24 de junho de 1631, sendo o seu primeiro Mestre e tenor, com 12\$000 réis de ordenado, o P. Hieronimo Lopes, assim se conclui do contrato de 14 de agosto, registado a fls. 134 do *Livro de Lembranças* existente no Arquivo Municipal de Guimarães, celebrado entre D. Bernardo de Ataíde, Prior da Colegiada, e o Rev. Cónego Domingos Barroso como procurador geral do Cabido. O contralto vencia 10\$000 réis, o tenor 10\$000 réis, e cada coreiro cantor 4\$000 réis. Em 1624, D. Prior D. de Mascarenhas continuava a manter 6 clérigos companheiros, ou capinhas, para a boa execução dos serviços da igreja e necessários ao movimento do coro, sendo deste modo melhor acolitadas todas as regras do cerimonial romano que a Colegiada havia aceitado e resolvido.

Em 1629, D. Prior da devota e Real Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira, D. Bernardo de Ataíde, estabeleceu com o Cabido, que os padres coreiros usariam, em serviço, uma murça sem capelo em cima do sobrepeliz. Haveria sempre mais seis coreiros, estes da jurisdição do Prior, que vestiam como os outros, assim se completando o antigo número. Assistiam no coro, as matinas, laudes, missas e mais horas canónicas e oficiavam em todas as missas do coro e igreja onde fosse o Cabido, cantando-as de canto e órgão como os mais músicos da capela. Nas festas solenes e procissões dentro da igreja tomavam capas e cetros. Fora da igreja iam seis com capas e cetros e os outros seis com o hábito ordinário. Diziam os responsos dos defuntos e nas sextas-feiras eram obrigados às missas na capela de Jesus, anteriormente da obrigação do Cabido. Tinham as missas sobejas do Cabido e era-lhes facultado dizerem as da Curaria, ou qualquer anual, avisando, primeiro, o Contador, tornando ao coro. Seis coreiros procediam os outros seis com suas murças em todos os ajuntamentos do Cabido, seguindo-se logo a Curaria, mas indo sempre à frente o Prioste que, como coreiro, envergava a sua murça. Em 1631, na Colegiada, reuniam-se, segundo os testemunhos da época, os melhores mestres de música da terra. Porém, em 1655, por motivos de divergências entre o D. Prior João Lobo de Faro e os capelães coreiros, músicos e pregadores, foram estes demitidos e feitas censuras aos cónegos prebendados por usarem, contra o estilo antigo, murças forradas de vermelho, usadas pelo Cabido da Sé de Braga.

Em Cabido de 22 de novembro de 1798, o Tesoureiro-mor, que presidia, propôs que o Sr. D. Prior nomeasse interinamente mais 3 capelães-cantores supranumerários, por oposição em cantochão, os quais deverão estar de propriedade nos primeiros lugares que por qualquer modo vagarem, os quais servirão na forma do regimento dado pelo mesmo Sr. a todos os padres do coro. O pianista, organista e mestre de uma capela de música particular, Domingos José Ribeiro Calisto (Braga, 1993), foi a pessoa escolhida para lecionar uma aula de música e canto coral, que acontecia todas as semanas, na Sociedade Martins Sarmiento. Esta aula semanal foi proposta pelo Dr. Avelino Guimarães em 1890. Mesmo assim, com todas as medidas pensadas e aplicadas, o Coro da Nossa Senhora da Oliveira já estava numa situação de deterioração, no ano de 1892, quando a Colegiada foi dissolvida e extinta pela primeira vez. No dia 12 de outubro de 1892, deu-se início a uma aula de música, que era lecionada pelo professor Pe. Eugénio da Costa Araújo Mota, no Seminário de Guimarães. Esta aula existiu durante pouco tempo, mas em contrapartida surgiu o Grupo Musical Araújo Mota, que se destacou no seio de todos os grupos de animação musical que surgiram nesta altura. Porventura, para além destes grupos de animação musical, deu-se início a um processo que se tornou evidente, de empatia pela

cultura musical das fanfarras, que são parentes das Bandas Filarmónicas, embora sem grande qualidade, com elementos até a tocarem de ouvido. De ressaltar que no início do século XIX, já existiam grupo corais e instrumentais devidamente estruturados, organizados e orientados para poder desenvolver a sua atividade nas grandes festividades, por alguns mestres de capela. Os mestres de capela mais desembaraçados, diligentes e com uma visão mais abrangente, com uma perspectiva de negócio mais lucrativa, com formações de sopro e arco, chegaram a constituir e organizar para esse efeito grandes fanfarras. Salientamos o fato de que todas estas formações musicais foram impulsionadas pelas guerras existentes entre os diferentes partidos (progressistas, regeneradores e franquistas), onde cada banda pertencia ao seu partido. Estas bandas tinham uma qualidade duvidosa, mas tinham, regra geral, bons regentes, pois estes eram provenientes das Bandas Regimentais. Na cidade de Guimarães, por esta altura, existiam dois fidalgos que se destacavam na sociedade (fidalgo do Tournal e da Casa do Arco), os quais pertenciam cada um a partidos antagónicos e divergentes. Cada um destes fidalgos financiava a sua própria banda e a do Tournal era a já referenciada *Banda do Maneta*, do Mestre de Capela Jacinto Nunes. Para clarificar, e consultando as *Curiosidades de Guimarães* de Alberto Vieira Braga (1957), podemos concluir que, conquanto as Bandas Civis não possuindo a mesma organização das Bandas Militares, existiam desde o início do século XIX formações de sopro que tocavam nas festividades, dirigidas pelos mestres de capela.

Em 1867, o Mestre de Capela e compositor, D. Jerónimo Romão Cermenho (Braga, 1993), que por sinal era espanhol e que vivia em Guimarães nessa altura, foi contratado por quatro anos para formar uma capela e banda de música, com um número considerável de jovens que não sabiam nada de música. Este contrato foi elaborado pelos pais ou tutores destes jovens, que pagaram para esse fim a quantia de 13.500 réis. Assim, fundou uma escola de música para jovens, com a finalidade de constituir a sua própria Banda Civil e fazer concorrência à banda já existente, que pertencia ao Lucínio Trindade, que também era Mestre de Capela e que se chamava *Filarmónica União Vimaranesense*. A formação que D. Jerónimo Romão Cermenho criou, atuou a 14 de novembro de 1867 na igreja da Colegiada, nas grandiosas exéquias pela alma de El-Rei D. Miguel I (Braga, 1993), serviço este que foi executado pela sua orquestra cuja composição musical foi elaborada e escrita por este Mestre de Capela para esta solenidade. Em todas as formações musicais já referidas, também apareciam instrumentos de corda para uma interpretação de maior diversidade de repertório e ainda um Coro para embelezar e tornar mais ricas as celebrações ou cerimónias mais solenes da liturgia que aconteciam em Guimarães, nomeadamente a liturgia da quaresma, que por norma era a mais completa e rica musicalmente. Segundo Alberto Vieira Braga (1993), ainda antes do aparecimento das formações referidas, já existia uma Banda Civil na freguesia de S. Martinho de Sande, a qual era composta por músicos amadores e que tinham como profissão a cutilaria. Mas as primeiras referências sobre a criação de uma *Filarmónica*, datam do ano de 1834, segundo velhos canhenhos que constam do arquivo do Paço Episcopal de Braga. Um grupo de jovens, atraídos e fascinados pelo mesmo gosto pela arte musical, fundou em S. Tomé de Caldelas, uma *Filarmónica* de acordo com aquela época. Apesar da escassez das fontes, o que é certo é que este grupo musical foi subsistindo aos tempos e, a partir do século XX, adquiriu o estatuto de banda musical, à medida que foi aumentando o número de músicos que compunham a sua formação. Referenciando palavras que nos chegam desta época, podemos analisar e explicar que o termo referido várias vezes como *capela*, significa a composição de um grupo ou formação musical, com um carácter vocal e instrumental, que serviam para tocar e cantar nas festividades existentes, quer religiosas, profanas ou de manifestações partidárias. Poderemos mesmo estar a referir-nos somente de grupos instrumentais. Nas ilhas dos Açores, as Bandas Filarmónicas, ainda hoje também são conhecidas e apelidadas por *capelas*. Consultando Pedro de Freitas (1946), no seu livro intitulado *História da Música Popular em Portugal*, verificamos que, existiam ao mesmo tempo na cidade de Guimarães, em meados do século XIX, várias formações musicais, idênticas às já referidas anteriormente.

Eram elas: a banda de música cujo chefe era o conhecido mestre de capela Lucínio Fernandes da Trindade, a que chamavam a Filarmónica *União Vimaranesense*, a do Jacinto José Nunes (a música do Maneta), a do João Inácio (Filarmónica Boa União), a do José Custódio (a música velha) a dos Guise (Música Nova) e, ainda, em outubro de 1894 na região de Pevidém, a Banda da Sociedade Musical de Pevidém, que hoje é uma prestigiada banda no meio artístico.

## O CONSERVATÓRIO REGIONAL DE GUIMARÃES E O CONSERVATÓRIO DE GUIMARÃES

Lendo as *Ephemérides Vimaranesenses* de João Lopes de Faria (1863) encontramos referência a uma das bandas de música referidas anteriormente, nomeadamente a *Boa União*:

15-08-1863 - A solemnidade de Nossa Senhora da Oliveira fez-se desusada pompa. Foram oradores, de manhã o subchante, Padre José Leite de Faria Sampaio (por 12\$000 réis) e de tarde o Padre João António Velloso, da cidade de Braga (por 28\$800 réis). A música foi a da capella Silvestre, Porto (por 370\$000 réis), que se houve magistralmente, tomando parte n'ella os Ribas, paes e filhos, Marques Pinto e outros abalisados professores, e também o professor vimaranense, de latim, e organizada da collegiada, Venâncio; as 1.<sup>a</sup> vésperas e matinas foram regidas por Hippolito Ribas na ausência de Silvestre, que com igual maestria regeu a missa a 2.<sup>a</sup> vésperas. Assistiu o governador e seu secretário-geral às matinas e à missa. Na procissão iam as irmandades da parochia com grande número de irmãos, especialmente a de São Nicolau, que levava aproximadamente 50, na frente do andor ia cantando um coro de virgens, e no couce um destacamento de infantaria 8 levando na frente a banda de música, vimaranense, «Boa União» (esta por 12\$000 réis). O Padre Manuel do Coração de Jesus e Costa, cantor da Sé do Porto, estando em Vizella, veio assistir a esta festividade e manifestando desejos de coadjuvar o coro nas matinas, o cabido convidou-o, e a irmandade de Nossa Senhora de acordo com o Cabido deu-lhe 3\$000 réis que elle aceitou a instâncias e offereceu-os para o asylo de Santa Estephânia. Também assistiram à festa, da qual gostaram muito: João de Sousa Machado ex. - Deputado por Barlavento, e cunhado do grande estadista Fontes Pereira de Mello; António Júlio Pinto de Magalhães; e Joaquim Pinto de Magalhães, deputados por Angola e Moçambique, que todos se achavam a banhos nas Caldas das Taipas.

Existiram cinco irmãos de apelido *Guise*, que tocaram na Banda Filarmónica chamada de *Boa União*, pensando-se que também chegaram a tocar e a ajudar as outras formações existentes nessa época. Todos os irmãos resolveram abandonar esta formação e juntamente com o seu pai António Raimundo, criaram no dia 25 de marco de 1903, uma nova Banda Civil chamada de *Nova Filarmónica Vimaranesense*. António Raimundo tocou como 1.<sup>o</sup> clarinete nesta nova formação. A partir deste momento a formação apelidada de *Boa União*, passou a ser conhecida como a *Música Velha* e a formação pertencente à família dos Guise como *Música Nova*. A data referida é usada para afirmar que a *Associação Cultural Sociedade Musical de Guimarães* foi criada no ano de 1903, como resultado da atividade de uma *Banda de Música* e como entidade que tem como vocação a divulgação e o ensino da música. Com o desenvolvimento da sua atividade musical ao longo dos anos, criou, na década de 70 do passado século XX, uma escola de música de cariz amador. Esta nova escola apelidada de *Música José Guise*, foi inaugurada no dia 10 de fevereiro de 1956. As suas instalações situavam-se no ginásio, no edifício dos Bombeiros Voluntários de Guimarães. O nome desta associação volta a ser alterado, no ano de 1956, para *Sociedade Musical de Guimarães*, nome esse que mantém até aos dias de hoje. De realçar que, proveniente desta escola, foi apresentado para exame de 2.<sup>o</sup> e 3.<sup>o</sup> anos de teoria e solfejo, no Conservatório de Música do Porto, no ano de 1957, o distinto aluno Albano Guedes que conseguiu a excelente classificação de 15 valores. Este feito alcançado por este aluno, destaca, realça e valoriza o ensino da música lecionado nesta

instituição, pois esta estava por tradição mais virada para o bom desempenho instrumental e não para a perspectiva académica. A 16 de fevereiro de 1959, esta instituição assume a designação de *Sociedade Musical de Guimarães*, com estatutos próprios, que assentam ainda sobre a Banda da Sociedade Musical, principal atividade da instituição. Todas estas *Sociedades Filarmónicas*, que foram surgindo com uma direção estruturada e elaborada, tinham a finalidade de se candidatarem e de beneficiarem de apoios monetários e logística, sempre com o objetivo de melhorar o desempenho dos músicos que eram amadores, mas com um grande gosto pela música, e, ainda, de angariarem associados para fazer face às várias despesas inerentes a esta atividade. Uma nova Direção da Sociedade Musical presidida por Américo Simões toma posse no dia 30 de maio de 1978, eleita no dia 22 de maio, numa Assembleia Geral convocada para o efeito pelo então Presidente da Comissão Administrativa, Laurentino Ribeiro Teixeira que redefiniu, como objetivos para a reabilitação da instituição, a criação de um orfeão, a criação de uma escola de música, e a reabilitação da Banda, com o recurso aos antigos membros (Jornal, Povo de Guimarães, 1978). Surgiu uma grave crise nas relações, entre a Diretora da Escola de Música e a Direção da Sociedade Musical, durante o ano de 1979. De referir que a situação económica da Escola de Música estava muito precária, tendo por efeito que a Direção da Sociedade Musical de Guimarães comunicasse à população a suspensão da Escola de Música, a 13 de novembro de 1979. No entanto, a Diretora, Norma Silva, assume a responsabilidade da lecionação das aulas, sendo-lhe cedidas, a título provisório para o ano letivo de 1979/1980, as instalações da *Sociedade Musical de Guimarães* (Jornal, Povo de Guimarães, 1978). Registam-se nesse ano 60 inscrições. Na década seguinte dá-se um movimento no sentido de juntar numa única escola várias pequenas escolas. No entanto, este projeto não foi bem-sucedido.

Provavelmente, a impossibilidade de juntar numa única escola várias pequenas escolas precipitou a professora Norma Silva para a criação, por volta de 1980/1981 (não se pode precisar a data, pois não existem registos documentais), do Conservatório Regional de Guimarães. Pacheco (2013) relata no seu trabalho que se inscreveu no Conservatório Regional de Guimarães no ano letivo 1984/1985, altura em que teve conhecimento da escola, e frequentou o Curso Geral de Música. Estudou Educação Musical, História da Música e Acústica com a professora Norma Silva; Composição com o professor Fernando Corrêa de Oliveira; e Guitarra com o professor José Neto. Esta escola oficializada com paralelismo pedagógico teve como sua Diretora Pedagógica, precisamente, a professora Norma Silva e funcionou, sensivelmente, até aos anos de 1990/1991. Como era comum na época, este tipo de escola pertencente à rede particular e cooperativa, ficava associada a uma escola de música pública, que se ocupava da organização dos processos dos alunos e da emissão dos respetivos diplomas e certificados de habilitações. No caso concreto, o Conservatório Regional de Guimarães estava associado ao Conservatório de Música Calouste Gulbenkian de Braga. É, portanto, de supor que, ainda hoje, os processos dos alunos que frequentaram o Conservatório Regional de Guimarães, no intervalo mencionado, se encontrem nos arquivos do Conservatório de Música Calouste Gulbenkian de Braga. Neste período de funcionamento, encontravam-se no Conservatório Regional de Guimarães alunos provenientes de diversas localidades, como por exemplo: Fafe, Celorico de Bastos, Felgueiras, Lousada, Vizela, Vila das Aves, Paços de Ferreira e foram ministrados cursos de Composição, Piano, Violino, Guitarra, Saxofone, Trompete e Flauta Transversal. Durante a década de 80 do século XX, a Sociedade Musical de Guimarães também possuiu uma escola de música de carácter não oficial. A extinção do Conservatório Regional de Guimarães no princípio da década de 90 proporcionou a criação do Conservatório de Guimarães, em 1992, previamente designado de Academia de Música Valentim Moreira de Sá e propriedade titular da Sociedade Musical de Guimarães. A Academia de Música Valentim Moreira de Sá, à data da sua criação, era a única escola de Ensino Artístico Especializado de Música do concelho de Guimarães e dos concelhos vizinhos de Vieira do Minho, Fafe, Felgueiras, Póvoa de Lanhoso e Amares (Ribeiro & Pacheco, 2019). Começou o seu funcionamento nas instalações da Sociedade Musical de Guimarães, no Largo da República do Brasil, tendo obtido, no ano

de 1994, já nas instalações do Palácio de Vila Flor, a primeira autorização de funcionamento por parte do Ministério da Educação e, simultaneamente, o contrato de patrocínio e o paralelismo pedagógico para os primeiros cursos. A autorização definitiva de funcionamento da Academia por parte do Ministério da Educação, com paralelismo pedagógico para os cursos de Ensino Básico e Secundário de Instrumento, aconteceu no dia 10 de agosto do ano 1999 e no dia 1 de outubro realizou-se a inauguração oficial do novo edifício, no Largo da Condessa do Juncal (Jornal, Povo de Guimarães). Todos os anos a escola realiza concertos com professores, alunos e músicos convidados, abertos aos pais e à comunidade em geral; concertos pedagógicos realizados por professores junto dos Jardins de Infância, Escolas EB1 e EB2/3. Existe, também, a coparticipação e parceria na organização de concertos pedagógicos realizados pela Orquestra do Norte, direcionados para os alunos do 6º ano de escolaridade do concelho. Todos os anos, a escola realiza concursos, ações de formação, oficinas de instrumentos durante as férias e interrupções letivas. Existem ciclos de Concertos, apelidados de *Jovens Músicos de Guimarães*, projeto que existe desde o ano de 2000. Desde 1996/97, possui uma Orquestra de Sopros, com cerca de 45 elementos que, até ao momento, realizou cerca de 70 concertos em vários pontos do País e em Espanha, nomeadamente na cidade geminada com Guimarães, Igualada - Barcelona. Atualmente, a escola conta com cerca de 500 alunos nos diferentes instrumentos e níveis de ensino.

### A MÚSICA EM CONTEXTOS NÃO FORMAIS E INFORMAIS

O ensino da música em Guimarães acontece, também, no âmbito da educação não formal ou informal. A educação não formal e informal desenvolvem-se, paralelamente à educação formal, em Associações, IPSS, Clubes Desportivos, Companhia de Teatro, Dança e Música, Ginásios e outros espaços, e apresentam atividades ou programas concebidos com a intencionalidade de proporcionar aprendizagens significativas aos alunos. “É nesta perspetiva que surgem muitos locais, enquanto contextos não formais e informais (comparativamente a uma sala de aula), onde se desenvolvem atividades educativas musicais, com crianças com e sem formação musical” (Ribeiro & Ribeiro, 2019, pp. 104-105; Ribeiro & Ribeiro, 2021, p. 159).

O concelho de Guimarães é rico em associações, quer desportivas, quer sociais, quer culturais. Existem muitas instituições que se dedicam à divulgação, promoção e criação da nossa cultura. Num universo de mais de 1000 instituições ou associações, existentes no concelho de Guimarães, podemos afirmar que, o Conservatório de Guimarães, é a instituição que representa o Ensino oficial e escolar musical – Ensino Formal (é a única existente); no Ensino não oficial e não escolar a Academia de Música Fernando Matos e a Academia de Música Comendador Albano Abreu Coelho Lima – representam o Ensino não Formal e, ainda, no Ensino Informal um conjunto de instituições e associações que se dedicam ao ensino da música e aprendizagem de um instrumento musical.

Como se verifica, o concelho de Guimarães é rico em instituições e associações que promovem a cultura em geral e, em particular, se dedicam ao ensino da música. De facto, existem inúmeras possibilidades das crianças e jovens desenvolverem as suas competências musicais e crescerem ao ritmo da música.

## CONCLUSÃO

As práticas musicais referenciadas, no decorrer deste trabalho, contemplam um número significativo de pessoas que procuram o ensino da música para diferentes propósitos, quer seja para o propósito profissional (a música nos primórdios, a música na colegiada e a música nas instituições de ensino oficial), quer seja para o propósito de enriquecimento cultural (a música em espaços alternativos: não formais e informais). Efetivamente, a música, no concelho de Guimarães, é uma realidade evidente desde a fundação do reino aos nossos dias. Os diferentes contextos do ensino da música justificam-se pelas diferentes formas de apropriação musical, por um

lado, e, por outro lado, pela incapacidade do atual sistema de ensino português proporcionar um ensino da música formal que contemple todos os cidadãos, independentemente das suas vocações ou talentos. Os espaços não formais e informais proporcionam, assim, à diferente população, a possibilidade de aprender, conhecer, vivenciar, fazer e praticar música, efetivamente. Estes espaços representam locais emergentes e significativos para uma Educação Musical inclusiva, que agregada a dimensões mais amplas são capazes de promover a transformação social (Kleber, 2003, 2003a, 2004). Os projetos propostos por estas instituições e associações extrapolam os limites formais de ensino, e, portanto, são realizados em diferentes espaços, dentro das próprias comunidades, criando assim uma forte aproximação entre a realidade de seu público e a prática educativa. Os diferentes mundos musicais e os distintos processos de transmissão de música, fazem-nos perceber que a Educação Musical está diante de uma pluralidade de contextos e de tipos de ensino. Os estudos que relacionam música e cultura (como a etnomusicologia) apontam que os espaços escolares – formais – de Educação Musical não são os únicos, mas sim apenas uma parte dos inúmeros contextos presentes no quotidiano das sociedades, urbanas, ou não, onde experiências de ensino e aprendizagem da música acontecem (Arroyo, 2000). Deste modo, não podemos acreditar que os processos de Educação Musical ocorrem, exclusivamente, nas escolas de música formal; de facto, eles acontecem em distintos contextos culturais.

## REFERÊNCIAS

- Alegria, J.A. (1985). *O ensino e prática da música nas sés de Portugal (da Reconquista aos fins do séc. XVI)*. Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Ministério da Educação.
- Arroyo, M. (2000). Um olhar antropológico sobre práticas de ensino e aprendizagem musical. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, (5), p.13-20.
- Bettencourt, G. (1954). *Boletim da Estremadura*, janeiro-dezembro, p. 157.
- Boletim de Trabalhos Históricos, Série II, Vol. V de 2004.
- Braga, A. V. (1957). Curiosidades de Guimarães. XVII Jurisdições e Padroados. Capelas de música. O coro da Colegiada e do Convento da Costa. *Revista de Guimarães*, 67 (1-2), p.95-168.
- Braga, A. V. (1957). Curiosidades de Guimarães. XVII Jurisdições e Padroados. Capelas de música. O coro da Colegiada e do Convento da Costa. *Revista de Guimarães*, 67 (3-4), p. 269-371.
- Costa, A. J. (1984). Arquiocese de Braga: síntese da sua história. In Andrade, A. A. B, & Almeida, M. L. (Coord.). *Dicionário de História da Igreja em Portugal. Vol. III*. Editorial Resistência.
- Faria, J. L. de (1863). *Ephemérides Vimaraneses*, Vol. III. Sociedade Martins Sarrmento.
- Freitas Branco, J. de (1995). *História da Música Portuguesa*. Europa-América.
- Freitas, P. de (1946). *História da Música Popular em Portugal*. Tipografia dos Combatentes da Grande Guerra.
- Kleber, M. (2003). Terceiro setor e projetos sociais em música. In: *Ponto de vista*. Disponível em < <http://rets.rits.org.br> >. Acessado em 15 de fevereiro de 2022.
- Kleber, M. (2003a). Projetos sociais e a prática da educação musical. In *Anais do XIV Congresso da ANPPOM*. XIV Congresso da APPOM, Porto Alegre, de 18 a 21 de agosto de 2003, p. 1484-1595.
- Kleber, M. (2004). Terceiro setor, ongs e projetos sociais em música: breves aspectos da inserção no campo empírico. In *Anais do XIII encontro anual da ABEM*. XIII Encontro anual da ABEM, Rio de Janeiro, de 18 a 22 de outubro de 2004, p. 677-684.
- Gomes, C.A.F.F. (2000). *Contributos Para o Estudo do Ensino Especializado de Música em Portugal*. Memória Final do CESE (Especialização em Direção Pedagógica e Administração Escolar) – Escola Superior de Educação, Instituto Jean Piaget, Almada, Portugal. *Jornal, Povo de Guimarães* de 18 de maio de 1978.
- Livro de lembranças, folha n.º 134. Arquivo Municipal de Guimarães.
- Marques, J. (1988). *A Arquiocese de Braga no séc. XV*. Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

- Marques, J. (2011). O Mosteiro e a Colegiada da Senhora da Oliveira de Guimarães, dos primórdios aos finais do século XV. In *Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira: história e património*. Fábrica da Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Oliveira.
- Moura, J. A. N. de ., & Ribeiro, A. J. P. . (2022). O lugar da composição musical no ensino artístico especializado da música em Portugal. *Research, Society and Development*, 11(2), e16011225531. <https://doi.org/10.33448/rsd-v11i2.25531>
- Oliveira, M. A. (1980). A Insigne e Real Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira no seu cerimonial e nas suas festividades. *I Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada, volume II*. Guimarães.
- Pacheco, A. (2013). *O Ensino da Música em Regime Articulado. Projeto de Investigação-Ação no Conservatório do Vale do Sousa*. Tese (Doutoramento em Estudos da Criança Especialidade Educação Musical) – Instituto de Educação, Universidade do Minho, Braga, Portugal.
- Ribeiro, J., & Pacheco, A. (2019). Os diferentes contextos do ensino da música em Guimarães: formal, não formal e informal. In *Libro de Actas do XV Congreso Internationl Gallego-Portugués de Psicopedagogía*. Universidade da Coruña, pp. 1082-1093.
- Ribeiro, J., & Ribeiro, A. (2019). O Ensino da Música e seus Diferentes Contextos. In *Livro de Atas IV Encontro do Ensino Artístico Especializado da Música do Vale do Sousa: O Ensino da Música no Século XXI: Desafios e Compromissos*, (pp. 98-110). Lousada: Conservatório do Vale do Sousa.
- Ribeiro, J., & Ribeiro, A. (2021). O Ensino da Música e seus Diferentes Contextos em Portugal. In E. M. Ferreira (Org.). *Arte e Cultura: Produção, Difusão e Reapropriação 2*, (pp. 151-164). Atena Editora. DOI 10.22533/at.ed.54821100613. ISBN: 978-65-5983-154-8.
- Severino, A. J. (2014). *Metodologia do Trabalho Científico*. Cortez Editora.
- Soares, F.N. (1983). *Visitações de D. Frei Baltasar Limpo na Arquidiocese de Braga*. Tese (Doutoramento) - Universidade do Minho, Braga, Portugal.
- Vosgerau, D., & Romanowski, J. (2014). Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas. *Revista de Diálogo Educacional*, (14)41, 165-189.

\*\*\*\*\*